CARTA ROGATÓRIA Nº 14.136 - AR (2018/0338960-7)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE	:	JUZGADO DE PRIMERA INSTANCIA EN LO COTENCIOSO ADMINISTRATIVO N° 3 DEL DEPARTAMENTO JUDICIAL DE LA PLATA
INTERES.	:	RAUL ALBERTO FERNANDEZ
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
PARTE	:	BANCO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES
A.CENTRAL	:	MINISTERIO DA JUSTIÇA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça argentina solicita que se proceda à citação da parte interessada para instruir ação trabalhista (fls. 25-29).

A intimação prévia foi recebida por terceiro, conforme os documentos postais de fls. 73-74.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, não se opôs à concessão do *exequatur* (fl. 40).

O Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem "para solicitar à 19ª Vara do Trabalho de São Paulo, onde o Processo n. 00242200401902009 encontra-se arquivado desde 30/01/2018, que forneça cópia dos autos referidos" (fl. 82).

É o relatório. Decido.

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos são remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

No mais, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o *exequatur***.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de São Paulo, para as providências cabíveis**.

Cumpra-se a diligência em 60 dias.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente